

Relatório Parcial (IV)

Pesquisa CNPq

"Crise, Abastecimento e
Uso do Solo"

Coordenação: Lena Lavinás (IPPUR/UFRJ)

Maria Regina Nabuco (CEDEFLAR/UFMG)

INTRODUÇÃO

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

— Dando continuidade ao projeto de pesquisa Crise, Abastecimento e Uso do Solo, coordenado pelas Prof. Lena Lavinas (IPPUR-UFRJ) e Maria Regina Nabuco (CEDEPLAR-UFMG), foi elaborado o relatório parcial 4, ora voltado mais especificamente para a questão do abastecimento. Ao abordarmos um tema que na verdade é pouco trabalhado em termos do planejamento, muito embora pareça bastante conhecido e até familiar ao grande público, deparamo-nos com a imensa dificuldade de recolher informações que permitissem uma compreensão exata de como funciona o abastecimento, quais as diferentes escalas da intervenção pública na sua gestão, quais as atribuições do setor privado, quais os agentes privados atuantes neste campo, como está estruturado o setor, etc.

Por isso mesmo, foi necessário, num primeiro momento, reunir informações obtidas através de entrevistas e levantamentos primários que nos permitissem minimamente entender quem é quem em termos de abastecimento alimentar. Em outras palavras, o que são as CEASAS, o que é a CONAB, o que são as Bolsas de Gêneros Alimentícios e as Bolsas de Cereais.

Foi nossa intenção - aliás, inicial - colher informações acerca da atuação dos supermercados e do seu peso na questão do abastecimento. Infelizmente, e apesar de inúmeros esforços, não nos foi possível contactar o diretor da ASSERJ (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro) e presidente do grupo CB, nem tampouco estabelecer relações com a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), cuja sede nacional encontra-se em São Paulo. Tentamos igualmente contactos com algumas redes de super-

mercados, mas as promessas feitas de nos receberem para entrevistas não lograram até agora nenhum resultado prático.

Isso, na verdade, só vem indicar o quão necessário torna-se hoje estudar e conhecer corretamente o funcionamento de um setor por muito tempo assimilado incorretamente à agricultura, e cujas dificuldades eram atribuídas naturalmente à perversidade dos intermediários. Hoje, essa visão simplista da questão se ainda não foi totalmente superada já não é exclusiva, e a dimensão estratégica do abastecimento, sua importância em termos de políticas urbanas ganha visibilidade, bem como sua complexidade.

~~O presente relatório tem por objetivo apenas, neste momento, sistematizar informações acerca da estruturação do sistema de abastecimento em geral e no Rio de Janeiro em particular. Encontra-se ainda inacabado, mas desde já permite que se levantem algumas hipóteses de trabalho, que serão desenvolvidas no relatório subsequente, este mais analítico e mais abrangente.~~

Participaram da realização deste trabalho os bolsistas: Pedro Simonard na qualidade de assistente de pesquisa, Katia Teixeira e Angela F. Costa., como estagiárias. Manoel Augusto Magina é igualmente assistente de pesquisa do projeto.

A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)

1. Histórico

Em 1963 foram criadas, no Governo João Goulart, a CIBRAZEM e a COBAL, órgãos responsáveis pelo armazenamento e comercialização dos estoques governamentais. No ano seguinte, já no governo militar, tal estrutura absorve o SAPES, órgão que até então administrava toda a política de abastecimento. A COBAL fica responsável pela aquisição e comercialização dos estoques reguladores. Articulada a ela foram implementados os CEASAs, cuja participação acionária era dividida entre a COBAL e os governos estaduais(1). À CIBRAZEM destinavam-se todas as atividades de armazenagem da produção comprada pelo governo.

No Governo Sarney, a administração dos CEASAs foi inteiramente transferida para os governos estaduais através de doação das ações do governo federal para os estados. Dessa forma, o poder público federal retira-se do setor de hortifrutigranjeiros. Somente o patrimônio físico dos CEASAs continuou sob o domínio da esfera federal. Neste mesmo período, a estrutura COBAL/CIBRAZEM sofre alterações com a criação de um adendo desta estrutura, a CFP (Companhia de Financiamento da Produção) que assume a função de gerenciamento das compras antecipadas do governo (estoques reguladores) a fim de controlar os preços mínimos para os grãos e carnes. Com isto a COBAL é esvaziada de suas funções, passando a atuar apenas na comercialização dos estoques do governo.

(1) Exceção feita ao CEASA de São Paulo, criado e administrado pelo governo estadual.

No Governo Collor, constataram-se grandes distorções no sistema CIBRAZEM-CFF-COBAL, sobretudo no que diz respeito às diferenças entre os preços pagos nas compras antecipadas e os preços de revenda, que revelavam elevados subsídios. Neste sentido, as três empresas sofreram uma fusão levando à criação da CONAB ou CNA - Companhia Nacional de Abastecimento. Ao mesmo tempo, o setor de abastecimento, agora centralizado em um único órgão, deixa de vincular-se ao Ministério da Agricultura, passando a subordinar-se ao Ministério da Economia. Esta vinculação direta à área econômica do governo perdura até a saída da Ministra Zélia Cardoso de Mello. Com a redefinição que tal fato ocasionou nas relações de poder dentro do primeiro escalão da administração federal, o Ministro da Agricultura consegue reaver para o seu domínio a CONAB e, portanto, toda a política de abastecimento.

2. Atuação

A atuação da CONAB nos dias de hoje volta-se para assegurar o abastecimento através da importação de alimentos ou da compra da produção interna para a formação dos estoques reguladores. A manutenção dos estoques governamentais, que até então era um instrumento da política agrícola, passa, no atual governo, a ser assegurada pela lei agrícola ora em vigor. Esta é, hoje, a principal atuação governamental na questão do abastecimento.

Os subsídios que eram dados para garantir preços baixos da carne e dos derivados do trigo junto ao consumidor, por exemplo, foram eliminados. O governo só entra com o seu produto quan-

do o preço de mercado atinge o PLE - preço de liberação dos estoques.

Além da redução na esfera da atuação governamental, alterações profundas nos mecanismos de intervenção vêm sendo realizadas. Uma delas diz respeito à forma de comercializar os estoques reguladores. O sistema de quotas que vigorava até pouco tempo atrás foi eliminado, dando lugar aos leilões nas Bolsas de Alimentos. O sistema de armazenagem, por sua vez, vem sofrendo um processo gradual de privatização, preservando apenas alguns armazéns considerados estratégicos.

A compra dos estoques reguladores, feita através de licitações, será, de acordo com projeto governamental, mediada pelas Bolsas de Alimentos, uma vez que estes espaços concentram os agentes envolvidos na comercialização agrícola, portanto, tornando mais competitivo e transparente o processo de licitação.

Não obstante o enxugamento de órgãos e programas voltados para a questão do abastecimento, o governo manteve a Rede Somar, que se constitui no único programa voltado para um público específico - o pequeno varejista. A manutenção deste programa possui um caráter social e se distanciará das diretrizes que balizam o projeto de privatização levado a cabo pelo governo atual. A Rede Somar tem como finalidade dar ao pequeno varejista o acesso aos produtos da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PEPM) através de uma maior flexibilidade nos prazos de pagamento (em geral 15 dias). Com um orçamento previsto para o próximo ano de 600 milhões de cruzeiros, o programa Rede Somar tem pequena expressão

dentro do quadro de despesas da CONAB. No Estado do Rio, a Rede Somar tem 1200 filiados, sendo 580 atuantes, ou seja, usuários constantes do programa. Desse total, grande parte localiza-se no Grande Rio, sobretudo na periferia.

Introdução

O presente relatório refere-se à visita realizada à Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro, na qual procurou-se dimensionar a sua importância na questão do abastecimento do Rio de Janeiro. As informações aqui apresentadas foram obtidas através de entrevista realizada com o assessor da presidência da Bolsa, Sr. Edgar de Abreu Cardoso. Com base nessas informações, foi possível elaborar um texto estruturado em quatro pontos. O primeiro refere-se a um breve histórico da Bolsa. O segundo apresenta as suas características principais. O terceiro ponto procura identificar os agentes econômicos envolvidos e o funcionamento da Bolsa. Por último é focalizada a importância das políticas governamentais no fortalecimento das Bolsas de Alimentos na esfera do abastecimento.

1. Histórico

Criada há 40 anos, a Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro - BOARJ - representa uma evolução do mercado atacadista de alimentos que historicamente se localizava na Rua do Acre, no centro da cidade. A falta de condições para permanência de um mercado atacadista no centro do Rio tornara-se óbvia, devido, entre outros fatores, à falta de espaço para a sua expansão e aos crescentes transtornos que o tráfego de veículos pesados oca-

sionava ao trânsito local. Dessa forma, por iniciativa dos atacadistas, realizou-se a transferência, em 1972/73, do mercado para uma área mais ampla, com boas condições de acessibilidade, localizada na Avenida Brasil, na altura da Penha.

O terreno, comprado da Arquidiocese do Rio, suporta hoje o maior mercado abastecedor de alimentos da cidade - o Mercado São Sebastião, que abriga 400 armazéns. O edifício da bolsa, construído há uns 2 anos, é o centro nervoso deste complexo, sediando a mais importante Bolsa de Alimentos do país.

2. Características

A Bolsa de Alimentos possui duas funções básicas. A primeira é a de reduzir o número de intermediários na comercialização de alimentos, tornando-se um locus de negociação entre atacadistas e varejistas. A segunda função é a de oferecer um balisamento dos preços dos produtos agrícolas, que se tornam referenciais para quaisquer transações no país.

Existem dois tipos de Bolsa, segundo a natureza dos produtos negociados. O primeiro tipo refere-se às Bolsas de "Commodities", ou seja, àquelas que transacionam somente produtos agrícolas "in natura". O segundo tipo são as Bolsas de Gêneros Alimentícios, nas quais são negociados, além das "commodities", alimentos industrializados como os derivados de leite, derivados do trigo, enlatados em geral. A Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio representa o único exemplo deste tipo no país, o que a torna

um dos principais pontos de comercialização de alimentos a nível nacional.

Existem no Brasil, segundo a ABM (Associação Brasileira de Mercadorias e Cereais), 25 Bolsas de Alimentos, das quais 17 encontram-se no Centro-Sul do país. As mais importantes são as do Rio, São Paulo e Recife.

A Bolsa do Rio de Janeiro é considerada a mais importante a nível nacional não só por negociar cerca de 50% do abastecimento agrícola do Centro-Sul, mas também por suas características inovadoras tais como a transação de produtos industrializados, a informatização em processo (que a conectará com todas as demais bolsas do país de forma mais eficiente), o desenvolvimento a curto prazo de uma Bolsa de Futuros, nos moldes da Bolsa de Chicago, trazendo novas perspectivas para a comercialização da produção agrícola, e a criação de um espaço para feiras e exposições batizado "Projeto Terra à Mesa".

A importância da Bolsa de Abastecimento da cidade do Rio de Janeiro pode ser avaliada na informação de que cerca de 80% dos cereais consumidos no mercado carioca são negociados lá. Da mesma forma, cerca de 50% da carne que abastece a cidade passam pela Bolsa.

As principais "commodities" negociadas na Bolsa são: trigo, milho, soja, arroz, feijão e carne, provenientes de todo o país, prevalecendo a produção do Centro-Sul. O destino da produção comercializada abrange todas as regiões do país.

A Bolsa também negocia cereais da Argentina, Uruguai e México, atuando, assim, como intermediária na importação e exportação de "commodities".

3. Agentes envolvidos e funcionamento

A BGARJ possui 1200 associados dos quais cerca de 900 são ativos, ou seja, atuam de forma frequente na Bolsa. A diretoria é formada por atacadistas, supermercadistas e industriais.

No caso específico da Bolsa do Rio, podemos identificar dois mecanismos de funcionamento que correspondem aos dois tipos de produtos negociados, as "commodities" e os gêneros industrializados.

1. Em relação às "commodities", existem basicamente dois tipos de agentes: a) o que vende o produto: firmas agroindustriais, representantes comerciais (trading companies), cooperativas agrícolas e, eventualmente, produtores; b) o que compra o produto: atacadistas em geral, comerciantes e, principalmente, supermercados.

1.1. A comercialização se faz através de leilões, semelhantes aos pregões da Bolsa de Valores. Tais leilões são realizados em sistema de rodízio com as demais bolsas do país.

1.2. O preço de abertura geralmente é estipulado com base no da véspera. Os fatores que influenciam o preço são aqueles que

de alguma forma afetam o equilíbrio entre oferta e demanda, tais como: as condições climáticas, os estoques reguladores e a retração do mercado consumidor.

2. Em relação aos gêneros industrializados, os agentes envolvidos são: as indústrias e representantes comerciais, que vendem o produto; os supermercados, pequenos e médios armazéns, restaurantes, firmas de refeições industriais, entre outros, que constituem os compradores. Dentre estes últimos, os supermercados são os mais importantes.

2.1. Apesar de a produção oriunda de outros estados, ela se destina basicamente ao abastecimento do Rio; ao contrário da Bolsa de "commodities" que atende a todo o país.

2.2. A comercialização se realiza através da negociação direta entre vendedor e comprador, e não através de leilões. O preço do produto é estipulado na fábrica. Ele é negociado sob certos aspectos tais como o volume da transação, prazos de pagamento e a marca do produto e sua tradição no mercado. A concorrência se dá, principalmente, quanto aos prazos de pagamento.

3. Os bancos são outro agente da Bolsa. Com postos de funcionamento exclusivos aos usuários da Bolsa, os bancos (Banco do Brasil, BANERJ, City Bank, Real), possuem linhas de créditos especiais para fornecedores e atacadistas. É através dos agentes financeiros que se efetuam as transações comerciais.

A bolsa é gerida com recursos próprios, sem a contribuição do Estado. Os recursos são provenientes, principalmente, da mensalidade de seus associados, venda de boxes e de porcentagem sobre as vendas da CONAB (estoques reguladores).

4. A Bolsa e as políticas governamentais

O governo brasileiro tem historicamente interferido na comercialização dos produtos agrícolas, através de uma política de estoques reguladores, que tem por objetivo influenciar o mercado no sentido de forçar uma queda nos preços agrícolas. Tal medida tem limitado a atuação da Bolsa como um mecanismo regulador de preços via mercado. No entanto, algumas medidas preconizadas pelo atual governo de incentivo ao mercado livre apontam para o fortalecimento das Bolsas de Alimentos.

A principal ação do governo foi a reformulação na política de abastecimento, com a centralização das políticas deste setor nas mãos da CONAB (Conselho Nacional de Abastecimento), juntamente com a decisão de vender todos os seus estoques mantidos em armazéns públicos e, principalmente, privados. O objetivo é diminuir a atuação do governo na esfera da comercialização, transferindo para o mercado e controle de preços dos produtos agrícolas. Com isto, as Bolsas de Alimento tornam-se instrumentos importantes no processo de privatização da comercialização agrícola.

Com a gradativa eliminação dos estoques reguladores, o governo deixará de ser vendedor de produtos agrícolas, passando a

ser comprador no mercado e não mais através da negociação direta com o produtor. Exemplo disto é a proposta da CONAB de, a partir do ano que vem, comprar através de leilões nas Bolsas os alimentos destinados aos programas sociais do governo federal.

Outra iniciativa que favoreceu as bolsas foi a privatização dos laboratórios de controle de qualidade da produção do Ministério da Agricultura. A BGARJ ganhou a concorrência e atualmente é responsável pelo controle de qualidade de toda a produção agrícola, tendo o Estado apenas um papel fiscalizador.

A Bolsa de Alimentos vem assumindo, portanto, uma participação cada vez maior no abastecimento alimentar do país. Tal importância se traduz também em sua participação, via associação de classe, nas decisões que envolvem governo e empresariado sobre a expansão e o fortalecimento do mercado.

A CEASA E A POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

A questão do abastecimento ganhou grande importância nos anos 1960 devido à urbanização e à industrialização do país, cujos efeitos sobre os grandes centros urbanos geraram problemas novos no atendimento ao mercado consumidor. Cada vez mais a reprodução da força de trabalho dependia do poder de compra do salário. No entanto, os preços dos produtos de consumo, principalmente dos alimentos, não paravam de crescer. Colocou-se, assim, o risco de uma convulsão social grave. Para evitar esse problema, o Estado teve que intervir no mercado para coibir os aumentos de preço. O primeiro grande instrumento de intervenção pública nesse sentido foi a Lei Delegada nº 5 (anexo 1). Esta lei delegava à União poderes para intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e "uso do povo". Permitia, também, intervir com vistas a assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropecuárias, da pesca e industriais. O alvo principal que se pretendia atingir eram os intermediários e os especuladores.

Com o agravamento da crise de abastecimento - causada, inclusive, pela não utilização da Lei Delegada nº 5 (anexo 2) - e com medo que se desencadeasse uma crise social sem precedentes, o governo federal achou necessário por em prática uma política mais enérgica, cuja base de sustentação seria a criação de centrais de abastecimento. O objetivo do governo ao elaborar a proposta de criação dessas centrais, futuras CEASA's, era criar um forte instrumento de intervenção que implantasse uma política de moderniza-

ção da estrutura de comercialização a nível de atacado e varejo. O modelo escolhido, contudo, estimulou a iniciativa privada a modernizar-se. Ao contrário do que se esperava, a intervenção do Estado limitou-se à oferta de infra-estrutura à iniciativa privada, de modo a permitir-lhe o pleno desenvolvimento de suas atividades no atacado e no varejo.

A implantação das centrais de abastecimento foi uma recomendação do GEMAB (Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento), criado em 1968. A execução dessa proposta ficou a cargo do SINAC (Sistema Nacional de Abastecimento) e a coordenação foi entregue à COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos). Cabia aos estados e municípios dar apoio ao SINAC, selecionando o lugar de instalação, cadastrando usuários etc.

As principais metas do plano eram:

- reduzir os custos diretos de comercialização no atacado, em termos de perdas, gastos com mão-de-obra e frete;
- reduzir os custos indiretos das organizações atacadistas;
- melhorar as condições de abastecimento na zona de influência direta de cada CEASA;
- ampliar o controle de informação sobre a origem/destino dos alimentos.

Embora pretendesse combater os intermediários, a instalação das centrais acabou por aumentar seu poder de manipulação de preços porque não alterou a estrutura de comercialização dos produtos agrícolas de forma significativa, nem tampouco alterou o fluxo e o preço dos produtos. Estes produtos passaram a convergir para um mesmo ponto de comercialização. Isso proporcionou o fortalecimento dos intermediários e sua "seleção natural", já que eram bem capitalizados antes de as centrais de abastecimento concentrarem o comércio em suas mãos, levando os pequenos atacadistas à falência ou a se unirem para formar uma só empresa, mais forte. Com a centralização do comércio atacadista, o espaço geográfico de atuação e influência dos intermediários ampliou-se enormemente pois eles passaram a agir de forma monopolizadora.

O sistema CEASA do Rio de Janeiro conta com 12 unidades: 4 centrais de abastecimento (CEASA GRANDE-RIO; CEASA-SÃO GONÇALO, CEASA-CAMPOS e CEASA-MACAÉ), 3 mercados do produtor (Friburgo, o maior da América Latina; Paty do Alferes; e São José de Ubá, em Cambuci), 5 hortomercados (Leblon, Humaitá, Méier, Campinho, Irajá, todos no município do Rio de Janeiro). A CEASA GRANDE-RIO foi inaugurada em 1974 e responde por 80% dos produtos comercializados no estado do Rio. Isso equivale a 120 mil toneladas por mês. A CEASA mais antiga do estado é a de São Gonçalo, criada em 1972. Nela são comercializados 10% dos produtos vendidos em todo o estado, cerca de 11 mil toneladas/mês. Sua estrutura conta com 9 pavilhões, ocupados por 103 atacadistas e 183 produtores. As centrais instaladas em Campo e Macaé estão localizadas fora do eixo de comercialização e em áreas onde a produção de hortifrutigranjeiros é irrelevante. A importância dessas duas centrais é mínima. Sua ins-

talação ocorreu, apesar de todos esses elementos desaconselháveis, graças a um convênio entre o governo do estado e essas prefeituras.

A princípio, o sistema CEASA era uma empresa de economia mista onde o governo federal detinha, através da COBAL, 50% das ações, cabendo ao estado do Rio 48% e à iniciativa privada os 2% restantes. Em 1988, a União transferiu o controle das centrais de abastecimento para o Rio de Janeiro e o controle dos hortomercados para os comerciantes lá instalados. Logo, houve uma estadualização do sistema (o governo federal sai do sistema hortigranjeiros).

A CEASA aluga seu espaço físico a atacadistas e produtores. Daí surgiram dois tipos de mercado: um permanente e outro não-permanente. Na CEASA GRANDE-RIO, o mercado permanente é ocupado por 498 empresas entre "barraqueiros" (atacadistas), cooperativas agrícolas de grande porte e supermercados. Os "barraqueiros" possuem uma clientela estável de produtores a quem fornecem insumos, pequenos créditos e transporte. Estes atacadistas podem comprar os produtos ou recebê-los em consignação. Possuem pavilhões, boxes próprios com 49 m² e equipamentos de classificação, embalagem e, em alguns casos, refrigeração de alimentos. Essa infraestrutura do mercado permanente não é fornecida pela CEASA, que se limita a ofertar os pavilhões (19, no total) e os boxes (46 por pavilhão).

Os "barraqueiros" adquirem os produtos diretamente dos produtores. Os supermercados agem de três maneiras diferentes: compram junto aos "barraqueiros"; compram diretamente dos produtores.

res na "pedra"; produzem os alimentos em fazendas próprias. Por adquirirem grandes quantidades de alimentos, os supermercados têm muita influência na formação dos preços e agem em cartéis.

O mercado não-permanente (chamado "pedra") destina-se exclusivamente aos produtores e a suas associações (de pequeno porte; as de grande porte atuam no mercado permanente). A maior quantidade de produtos oferecidos na "pedra" é de olerícolas, produtos muito precívalis. A ela recorrem as empresas instaladas no mercado permanente, além de escolas, restaurantes, feirantes etc. Para ter acesso à "pedra", o produtor precisa ser cadastrado, o que consiste em pagar uma taxa (diária ou mensal), possuir a carteira de produtor emitida pela EMATER e possuir notas fiscais. A "pedra" ocupa dois pavilhões: um mais antigo e outro recém-construído chamado "moreirão" porque levantado no final do governo Moreira Franco. Este pavilhão, conhecido, também, como pavilhão 30, foi erguido com recursos dos próprios produtores e financiado pelo BNDES. Os recursos liberados pelo banco seriam utilizados na construção desse pavilhão e na aquisição de caminhões de uso comum dos produtores. Como o Plano Collor reteve os recursos destinados à aquisição dos caminhões só foi possível erguer-se o "moreirão".

O espaço na "pedra" é dividido em 600 pontos demarcados no chão. Não há boxes nessa área. O número de pontos é insuficiente para a quantidade de produtores, em torno de 2.560. Por esse motivo, existe uma fila de espera para a utilização da "pedra". Alguns produtores chegam a aguardar durante dias um lugar para comercializar seus produtos.

Não é possível o armazenamento de produtos na "pedra" por causa da grande perecibilidade dos mesmos e por causa da descapitalização dos produtores. Seu poder de barganha é muito pequeno. A possibilidade de formação de estoques reguladores pelo governo inexistente devido à perecibilidade dos hortifrutigranjeiros. Dessa forma, os atravessadores trabalham com grande margem de manobra para a formação dos preços. É no atacado que os preços mais oscilam. A margem de lucro mínimo do atacadista é da ordem de 17%, podendo chegar a muito mais. A especulação se dá sobre a perecibilidade dos alimentos e sobre a vulnerabilidade dos pequenos produtores, ditada pela urgência da comercialização.

O atacadista sempre ganha. Ao adquirir o produto por consignação ou com o preço baixo, ele não coloca em risco seu capital. Sua margem de lucro é constante. Em épocas de preços ascendentes, o atacadista transfere integralmente a majoração dos preços ao varejo. Em épocas de safra, o atravessador amortece a queda nos preços e mantém seu lucro constante fixando um preço máximo para o produtor e chantageando-o com a consignação, argumentando não poder comprar os produtos porque está com mercadoria "encalhada". Os produtores reclamam que, muitas vezes, ao deixarem um produto em consignação, não recebem o que deveriam do atacadista: estes vendem-no por um preço X e dizem ao produtor que o venderam por um preço menor.

A margem de lucro no varejo é determinada pelo preço pago ao produtor. Quando sobre o preço no atacado, o varejo diminui a margem de lucro, mantendo o consumo mais ou menos estável. Como o comércio varejista é grandemente dominado pelos supermercados,

que têm condições de manter sua margem de lucro devido ao grande e diferenciado número de produtos que negociam, os preços das olerícolas não variam na mesma proporção que no atacado. Quando o preço cai no atacado, o varejo aumenta sua margem de lucro, mesmo mantendo os preços estáveis.

A criação das centrais de abastecimento serviu como um importante elemento para a organização, crescimento, modernização e acumulação do mercado atacadista no Brasil. A idéia de eficiência desse setor foi respaldada pela centralização do fluxo de produtos. O controle do mercado exercido pelos grandes agentes foi reforçado, em lugar de diminuir. A participação direta dos produtores individuais é muito pouco expressiva e restringe-se àqueles que conseguem participação permanente nas "pedras".

O consumidor foi beneficiado nesse processo por um aumento na oferta de alimentos de melhor qualidade. Contudo, o fortalecimento dos atravessadores não garantiu estabilidade nos preços.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA

DISTRIBUIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Participação dos Estados por grupo

Exercício: 1989

Unidade: quilograma

Grupo: hortícolas

Sub-grupo: folha-flor-haste

Produto: alface

RJ: 97%

SP: 3%

Total do produto: 19.868.525

Produto: couve-flor

RJ: 98%

Outros: 2%

Total do produto: 10.436.038

Produto: repolho

RJ: 51%

PR: 16%

ES: 14%

Outros: 19%

Total do produto: 29.843.220

Grupo: hortícolas

Sub-grupo: fruto

Produto: abóbora comum

BA: 35%

SP: 24%

GO: 16%

Outros: 25%

Total do produto: 34.522.640

Produto: chuchu

RJ: 98%

Outros: 2%

Total do produto: 44.861.845

Produto: milho verde

SP: 67%

RJ: 26%

Outros: 7%

Total do produto: 8.789.825

Produto: pimentão

RJ: 73%

ES: 8%

MG: 8%

Outros: 11%

Total do produto: 13.242.988

Produto: tomate Santa Cruz

RJ: 67%

SP: 18%

MF: 9%

Outros: 6%

Total do produto: 84.953.760

Produto: pepino

RJ: 92%

Outros: 8%

Total do produto: 8.341.032

Grupo: hortaliças

Sub-grupo: raiz-bulbo-tub-rizom

Produto: aipim

RJ: 86%

SP: 12%

Outros: 2%

Total do produto: 12.454.250

Produto: batata doce

RJ: 57%

PR: 16%

SP: 9%

Outros: 18%

Total do produto: 14.345.859

Produto: batata comum

SP: 44%

MG: 39%

PR: 15%

Outros: 2%

total do produto: 149.282.620

Produto: batata lisa

SP: 68%

MG: 24%

PR: 7%

Outros: 1%

Total do produto: 27.428.640

Produto: cebola

SP: 34%

SC: 22%

BA: 18%

Outros: 26%

Total do produto: 56.008.940

Produto: cenoura

SP: 40%

MG: 38%

RJ: 18%

Outros: 4%

Total do produto: 44.334.675

Grupo: frutas

Sub-grupo: nacionais

Produto: abacaxi

PB: 70%

ES: 19%

RJ: 7%

Outros: 4%

Total do produto: 23.076.524

Produto: banana nanica

SP: 89%

RJ: 10%

Outros: 1%

Total do produto: 31.531.101

Produto: banana prata

ES: 77%

RJ: 11%

Outros: 12%

Total do produto: 56.608.110

Produto: laranja lima

RJ: 57%

SP: 42%

Outros: 1%

Total do produto: 26.801.523

Produto: laranja natal

RJ: 93%

SP: 5%

MG: 2%

Total do produto: 61.293.267

Produto: laranja pera

SP: 90%

RJ: 4%

Outros: 6%

Total do produto: 98.650.872

FONTE: Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro.

ANEXO I (LEIS SOBRE ABASTECIMENTO)

Lei Delegada nº5 (26/11/62) - Trata de instrumentos de crédito e fomento à produção; programa para expansão e operação da rede nacional de armazém e silos; fixa cotas de exportação e importação; melhora dos níveis de consumo e padrão de nutrição.

Decreto nº 56.496 (21/06/1965) - Cria o GREMOS (Grupo Executivo de Movimentação de Safras), cujo objetivo era otimizar a infraestrutura viária e o uso das instalações de beneficiamento e estocagem.

Decreto-Lei nº 200 (1967) - Redefine as atribuições da SUNAB, COBAL, CIBRAZEM e privatiza o abastecimento de alimentos.

Decreto-Lei nº 66.750 (26/11/69) e Decreto-Lei nº 66.332 (17/03/70) - Criam a CEASA.

Decreto-Lei nº 70.502 (05/71) - Cria o SINAC.

Portaria nº 369 (05/05/78) do Ministério da Agricultura - Cria a SNAB (Secretaria Nacional de Abastecimento).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 151 (15/03/90) - Cria a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 153 (15/03/90) - Cria o Departamento Nacional de Abastecimento e Preços e a Secretaria Nacional do Direito Econômico.

ANEXO II (resumo da Lei Delegada nº 5 de 26/11/62)

Autoriza a União a intervir no domínio económico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e "uso do povo"; a intervir para assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropecuárias, da pesca e industriais.

A intervenção consistirá:

- A - Na compra, armazenamento, distribuição e venda de gado, gênero e produtos alimentícios; aves e pescado; tecidos e calçados de uso popular; instrumentos e ferramentas de uso individual; máquinas e peças destinadas às atividades agropecuárias; arames farpados e lisos para uso em atividades rurais; artigos sanitários e artefatos industrializados de uso doméstico; cimento e laminados de ferro para a construção de casas populares e benfeitorias rurais.
- B - Na fixação de preços e no controle do abastecimento, aí compreendidos a produção, transporte, armazenamento e comercialização.
- C - Na desapropriação de bens, por interesse social, ou na requisição de serviços.
- D - Na promoção de estímulos à produção.

A aquisição será feita no país ou no exterior; a venda, onde houver escassez. Os animais de serviço ou de reprodução não podem ser desapropriados.

Os produtos adquiridos por compra ou desapropriação serão entregues ao consumidor através de empresas estatais especializadas; organismos federais, estaduais ou municipais, de administração direta ou indireta, entidades privadas de "comprovada idoneidade".

Os objetivos da compra de mercadorias são: formar estoques reguladores; suprir carências ocasionais; absorver excedentes para amparar a produção; combater a especulação; ampliar o consumo de produtos de interesse dietético ou econômico.

O governo pode requisitar espaços, por tempo determinado e sem prejuízo do pagamento das tarifas normais, para armazenar os produtos adquiridos.

BIBLIOGRAFIA

"Agricultura e Sociedade", painel do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Campinas, 1991.

Anais do Seminário Nacional "Abastecimento Alimentar em Grandes Cidades - A experiência de São Paulo", SP, 1984.

BURNIER, Diva et alii. CEASA's Regionais, Secretaria de Abastecimento de São Paulo, 1987.

DOMINGUES, Antonio Felix et alii. A Estrutura de Comercialização Atacadista de Hortigranjeiros: a ação do Estado no Setor, SP, 1984.

Programa Interestadual de Produção e Abastecimento de Hortigranjeiros "Produção Programada", EMATER, RJ, 1988.

MALUF, Renato. Um "Mal Necessário"? - comercialização agrícola e desenvolvimento no Brasil (tese de doutorado), IE/UNICAMP, Campinas, 1988.

MUSUMECI, Leonarda. Pequena Produção e Modernização da Agricultura: o caso dos horrigranjeiros no estado do Rio de Janeiro, IPEAZINPES, RJ, 1987.